

JORNALISMO CRÍTICO-EMANCIPATÓRIO, CRISE CLIMÁTICA, E POVOS ORIGINÁRIOS

CRITICAL-EMANCIPATORY JOURNALISM, CLIMATE CRISIS, AND INDIGENOUS PEOPLES

PERIODISMO CRÍTICO-EMANCIPADOR, CRISIS CLIMÁTICA Y PUEBLOS INDÍGENAS

Esther Kerem de Oliveira Soares ¹

estherk.soares@email.com

Rafael Bellan Rodrigues de Souza ²

rafaelbellan@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo discute os desafios enfrentados pelo jornalismo em tempos de emergência climática. Por meio de pesquisa bibliográfica, argumenta-se que a cobertura jornalística da crise climática é fundamental para expandir os horizontes de enfrentamento desse momento crítico para o planeta. Mais do que nunca, é necessário realocar a prática jornalística com foco na emergência climática, que não apenas modifica o jornalismo, mas aponta novas necessidades sociais. O artigo conclui que os enfrentamentos à crise planetária podem e devem contar com a formação de consciências a partir do jornalismo crítico-emancipatório dos povos originários. Em suma, o texto aborda a necessidade do jornalismo se adaptar e assumir um papel protagonista no enfrentamento da crise climática, ancorado em seu potencial transformador e revolucionário.

Palavras-chave: Jornalismo crítico-emancipatório. Emergência climática. Povos originários.

¹ Bacharela em Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

² Professor Doutor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

ABSTRACT

This article discusses the challenges faced by journalism in times of climate emergency. Through bibliographic research, it argues that journalistic coverage of the climate crisis is fundamental to expanding the horizons for confronting this critical moment for the planet. More than ever, it is necessary to reposition journalistic practice focusing on the climate emergency, which not only modifies journalism but also points to new social needs. The article concludes that confronting the planetary crisis can and should rely on the formation of consciousness through critical-emancipatory journalism of indigenous peoples. In short, the text addresses the need for journalism to adapt and assume a leading role in confronting the climate crisis, anchored in its transformative and revolutionary potential.

Key words: Critical-emancipatory journalism. Climate emergency. Indigenous peoples.

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos que enfrenta el periodismo en tiempos de emergencia climática. A través de una investigación bibliográfica, argumenta que la cobertura periodística de la crisis climática es fundamental para ampliar los horizontes y afrontar este momento crítico para el planeta. Más que nunca, es necesario reposicionar la práctica periodística centrándose en la emergencia climática, lo cual no solo modifica el periodismo, sino que también señala nuevas necesidades sociales. El artículo concluye que enfrentar la crisis planetaria puede y debe basarse en la formación de conciencia a través del periodismo crítico-emancipador de los pueblos indígenas. En resumen, el texto aborda la necesidad de que el periodismo se adapte y asuma un rol protagónico en la confrontación de la crisis climática, basado en su potencial transformador y revolucionario.

Palabras clave: Periodismo crítico-emancipador. Emergencia climática. Pueblos indígenas.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os debates em torno da questão climática suscitaram distintas evidências de que os efeitos da acumulação incessante do capital conduzem o planeta a limites críticos. Na tentativa de contornar esse limiar, que impõe riscos à própria existência da espécie humana, a agenda climática ganha holofotes globais anualmente com a Conferência das Partes (COP). Ao longo dos anos, a COP engendrou acordos como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, considerados insuficientes por cientistas e ambientalistas pela falta de avanços concretos. Ainda em 2016, quando o Acordo de Paris entrava em vigor, o relatório “*The Truth About Climate Change*”, coordenado por Robert Watson, ex-presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU), concluiu que “as projeções indicam que as emissões globais de GEE não diminuirão com rapidez suficiente, mesmo que todas as promessas sejam totalmente implementadas” (2016, p.8).

A realização da COP30, em 2025, no Pará, estado que abriga parte da floresta amazônica, reitera a falta de medidas efetivas para o enfrentamento da crise. O evento foi marcado por manifestações dos povos indígenas contrárias ao rumo das discussões, crises de segurança e, sobretudo, desarticulação com o principal fator da crise climática: o modo de produção capitalista. Como observa a jornalista Giovana Girardi (2025), mesmo diante das previsões científicas para o aquecimento global, “as conferências do clima não têm conseguido encarar de frente as raízes desse problema. Foram necessários 28 anos para que, pela primeira vez, os países topassem incluir [...] a necessidade de fazer a ‘transição para longe dos combustíveis fósseis, de maneira justa, ordenada e equitativa’”.

Em um momento definitivo para o futuro do jornalismo, a preocupação crescente das jornalistas indica uma das maiores questões postas ao campo em tempos de crise planetária. Segundo o relatório síntese do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) de 2023, a Terra está aquecendo mais rápido do que estava previsto para essa década. Entre 2011-2020 a temperatura da superfície global foi aproximadamente 1,1°C mais alta do que entre 1850-1900, tendo como principal causa

a emissão dos Gases do Efeito Estufa (GEE), provenientes das ações humanas modernas.

“A mudança do clima causada pelo ser humano é uma consequência de mais de um século de emissões líquidas de GEE do uso da energia, do uso e da mudança no uso da terra, do estilo de vida e dos padrões de consumo e produção”, diagnosticou o relatório do IPCC (2023, p.62). Entretanto, enquanto a Terra entra em ebulição na primeira metade do século XXI, para além da destrutiva ação humana em seu caráter cotidiano, ou de subsistência, assistimos à emergência da ruptura metabólica que constituiu a relação do capitalismo com a terra (FOSTER e SUWANDI, 2021). Esse fenômeno abala tanto nossas condições de vida quanto compromete a continuidade desse modelo exploratório. A crise climática é ancorada na crise do capital e superestimulada pelos motores do capitalismo que trabalham em alta frequência desde a Revolução Industrial, e prevê significativo impacto na esfera social, política, econômica e cultural.

Em um artigo para a revista Nature, o cientista Paul Crutzen (2002), que cunhou o termo Antropoceno, mapeia o cenário ecológico mundial: A população de bovinos produtores de metano ultrapassou a marca de 1,4 bilhões; cerca de 30-50% da superfície terrestre é explorada por seres humanos; as florestas tropicais estão desaparecendo em ritmo acelerado, liberando dióxido de carbono e aumentando significativamente a extinção de espécies; há também frequente construção de barragens e desvios de rios. Além disso, os indicadores de pobreza crescem desmedidamente, juntamente com as catástrofes ambientais, exemplificadas pelas recentes enchentes no Rio Grande do Sul e Maranhão e pela seca atípica no Acre. Todos esses fenômenos são consequências do que Meszáros (2011) chamou de “crise estrutural do capital”, que estendeu, sem precedentes, a dominação da vida social para o meio ambiente.

Sobre a nova era geológica que inaugura o inquestionável impacto do ser humano nos ciclos biogeoquímicos terrestres, Crutzen (2002) se atenta a dizer que “esses efeitos foram causados em grande parte por apenas 25% da população mundial”, sendo assim, mais do que um efeito colateral do progresso técnico e de subsistência humana, o Antropoceno é expressão da ruptura metabólica (FOSTER, 2005) promovida pela lógica de expropriação capitalista. Embora seja planetária, os efeitos dessa crise

não atingem a população de maneira horizontal, os grupos socio-economicamente mais vulneráveis do globo são também os mais afetados, pois até os modos de enfrentamento são filtrados pelo sistema de imperialismo e classe (FOSTER e SWUANDI, 2021).

Tais condições instaladas imputam ao jornalismo novos desafios, sobretudo, àquele que se debruça sobre a questão ambiental e indígena. Diante disso, surge a necessidade de refletir a práxis noticiosa, e mesmo os enfrentamentos adotados pelo jornalismo. Nesse ínterim, o papel do jornalismo, ressaltado por seu compromisso de esclarecimento e democratização da informação, desempenha central importância na abordagem dessas temáticas. Mas, para além dessa concepção, é necessário resgatar o jornalismo como forma de conhecimento social, que percebe a totalidade a partir da apreensão crítica do singular. A práxis orientada pela cosmovisão emancipatória transborda a relação positiva de reprodução da sociedade, e se empenha em “pensar contra os fatos” (MORETSZOHN, 2007).

A nova proporção dessa discussão destaca a lacuna na forma de pensar o jornalismo e a emergência climática, principalmente quanto às possíveis saídas para uma prática que promova consciência crítica e ação política. Falamos de um contexto onde o jornalismo, em diferentes graus, segue guiado por perspectivas capitalistas e colonialistas, justificando a exploração em prol do progresso à sombra das injustiças climáticas.

A fim de contribuir com o debate, esse artigo propõe uma ampla discussão teórica sobre jornalismo e crise climática. Partiremos de uma pesquisa bibliográfica, delineando a necessidade de mudança frente aos desafios ambientais de nosso tempo. Posto isso, compreenderemos a incidência da crise no jornalismo, desenvolveremos uma reflexão teórica de como o jornalismo, orientado por perspectivas antissistêmicas, pode contribuir na cobertura da emergência climática, de modo a promover a transformação do modelo civilizatório através do seu potencial emancipatório. É necessário assumir a urgência de um jornalismo comprometido com os destinos da humanidade, capaz de informar e disseminar informações sobre a crise climática, mas que também seja engajado na formação de consciência dos sujeitos, a fim de orientar a transformação dos modos de vida capitalista. Tarefa que se encontra às margens do escopo do jornalismo tradicional, mas que precisa ser resgatada com centralidade.

2 JORNALISMO E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

A emergência da crise climática e a recusa em tratá-la como tal expõe um cenário empobrecido em termos de mediação crítica na comunicação. Este problema não decorre da falta de evidências; desde a Primeira Conferência Mundial do Clima, realizada em Genebra em 1979, inúmeros alertas vermelhos têm sido emitidos sobre a emergência climática planetária. Mesmo diante dos esforços científicos, no Brasil, os jornalistas começaram a noticiar com maior frequência as relações entre natureza e sociedade somente a partir da década de 1970 (BELMONTE, 2017). Após serem inseridas na agenda política pela primeira-ministra Margaret Thatcher em um discurso na ONU, as mudanças climáticas ganharam maior visibilidade global na esfera civil, acadêmica e econômica.

Mesmo após a inserção do tema na arena jornalística e na esfera da opinião pública, os frequentes desastres ambientais não resultaram em uma cobertura jornalística linear e contínua ao longo do tempo. Embora reportagens sobre alterações climáticas e sustentabilidade tenham se tornado mais comuns, a cobertura jornalística sobre questões ambientais, no geral, é episódica e reativa. Conforme analisado por Loose (2020, p.73), essa abordagem sofre picos especialmente “durante a divulgação de pesquisas e relatórios científicos, desastres climáticos e a realização de eventos políticos que concentram chefes de Estado”. O papel do jornalismo é crucial nesses momentos, pois torna público o saber científico e as discussões políticas. No entanto, limitar-se a isso é insuficiente.

Os momentos de intensa atenção da mídia são seguidos por períodos de menor visibilidade, refletindo uma abordagem jornalística que ainda luta para manter a consistência e a profundidade necessárias para abordar a crise climática de forma eficaz. Além disso, outra dificuldade observada é que os problemas ambientais são frequentemente tratados de forma generalizada, transformando toda a questão em assunto de âmbito global. Isso reduz a sensação de proximidade regional, e limita a atuação dos jornais locais na cobertura de questões que fazem parte da realidade cotidiana da população.

Tensionado entre os interesses em disputa e tendências positivistas, o papel do jornalismo nesses contextos reproduz o que Genro Filho (2012, p.65) criticou como “função orgânica da notícia”, que reduz o jornalismo a instrumento de manutenção da ordem, que apenas “orienta o homem e a sociedade num mundo real”, sem desvendar as causas estruturais da crise socioecológica. A ausência de uma cobertura jornalística sistemática sobre as mudanças climáticas, voltada à apresentação de soluções, se deve à limitação dos critérios tradicionais de noticiabilidade (LOOSE, 2020), que tendem a valorizar o que é “novo” em termos de impacto imediato ou ineditismo, priorizando o aspecto quantitativo do fato. Um dos problemas dessa abordagem está na omissão da historicidade, bem como das determinações e contradições sociais implicadas no fato.

Além da crescente incorporação das questões climáticas no debate público, o termo Antropoceno já produzia, em 2011, mais de 450 mil resultados na esfera midiática, com presença significativa no jornalismo (ANGUS, 2020). Considerado o período geológico que sucede o Holoceno, o Antropoceno designa uma fase em que a ação humana se torna uma força geológica capaz de alterar o estado e o futuro do planeta. Essa interpretação é reforçada pelos gráficos da chamada Grande Aceleração, que evidenciam, a partir de meados do século XX, um crescimento exponencial de indicadores socioeconômicos, como população, consumo de energia e produção industrial, articulado ao aumento abrupto de variáveis do sistema terrestre, como emissões de CO₂, perda de biodiversidade e degradação ambiental, consolidando a magnitude e a escala das transformações em curso.

Diante dessas transformações, é necessário reinterpretar a noticiabilidade, pois “a notícia recebe maior importância quanto mais estiver vinculada a acontecimentos que signifiquem a transformação da conjuntura histórica” (PONTES, 2015, p. 375). Romper com a produção utilitária exige tratar elementos imediatos da realidade, como relatórios científicos ou eventos extremos, como pontos de partida para revelar processos mais amplos. Assim, o problema da superficialidade apontado por Loose (2020) só pode ser enfrentado mediante a revisão dos referenciais teóricos que sustentam a prática jornalística.

Arelado ao impotente cenário do jornalismo na cobertura da crise climática, as pesquisas na área seguem um percurso parecido. No abrangente estudo realizado por

Loose (2024), a autora investiga profundamente a dinâmica jornalismo e crise climática, e conclui que no Brasil, assim como em toda América Latina, são escassos os estudos dedicados ao binômio comunicação e crise climática, ficando hegemonicamente para os falantes de língua inglesa.

Para os jornalistas, esse fato elucida a lacuna existente na cobertura da emergência climática, principalmente nos países mais vulneráveis a esse fenômeno devido à sua dependência dos recursos naturais. O déficit apresentado fragiliza esses países, incluindo o Brasil, que abriga a maior biodiversidade do planeta e o ameaçado território da Floresta Amazônica. Fator que eleva a necessidade da práxis noticiosa que reflita as realidades globais, mas sobretudo as locais, que promova debate constante, crítico, e que relacione as mudanças climáticas a assuntos de lugar-comum, como trabalho, saúde, e educação.

O silenciamento das questões climáticas no jornalismo decorre de uma estrutura hierárquica que reflete contextos políticos e econômicos, além de critérios de noticiabilidade insuficientes. A elite midiática, inserida na lógica empresarial, também obtém lucros através da cadeia de explorações. Ao exercer poder, não se abstém de seus interesses institucionais, o que contribui para que determinadas perspectivas sejam perpetuadas e aceitas como universais. Essa naturalização da vida cotidiana, que se estende aos fatos, impede a manifestação de outras perspectivas e questionamentos à ordem vigente.

É necessário reconhecer que existe uma disputa simbólica que frequentemente silencia as questões climáticas nos meios de comunicação. O jornalismo, como mediador dos fatos, ocupa uma posição privilegiada para debater o tema, seja amplificando-o ou reafirmando a tendência de reproduzir a sociedade burguesa, baseando-se no ideal de progresso. Tal panorama é ainda mais complexo com a inclusão de discursos desenvolvimentistas e de sustentabilidade que não se diferenciam da racionalidade neoliberal. Atentando-se para a incorporação da linguagem empreendedora, até os conglomerados midiáticos adotam a postura Meio ambiente, Social e Governança, (em inglês, ESG), uma agenda neoliberal que se posiciona como "progressismo" empreendedor, buscando harmonizar o crescimento empresarial com práticas conscientes e de mitigação dos impactos socioambientais.

A tentativa de suavizar o capitalismo, através de iniciativas como o crescimento econômico sustentável, forja o argumento de compromisso com o meio ambiente, mas falha em revelar as relações de exploração subjacentes que minam essa união no nível mais crítico. O complexo midiático, orientado pelos valores e interesses dominantes do mercado, fomenta a disputa que se concretiza na circulação de ideias, buscando assegurar consensos, excluir perspectivas dissidentes e elevar o mercado à sua maior instância, dirigindo moral e intelectualmente a sociedade em função do consumo.

Nesse contexto, o projeto de jornalismo moderno está em constante conexão com as instâncias político-econômicas, não apenas informando como uma prática distanciada, mas também apresentando interesses econômicos e ideológicos na cobertura da crise climática, como o silenciamento de debates que visam desestabilizar o *status quo*, conservado por estruturas políticas e econômicas responsáveis pelo agravamento da situação climática. Setores econômicos fortemente responsáveis pelo aumento das emissões de GEE frequentemente investem na difusão de discursos negacionistas com o objetivo de gerar incerteza na opinião pública e, assim, manter suas atividades poluidoras sem maiores pressões ou sanções (LOOSE, 2024). Mesmo ao propor soluções para o combate dos problemas ambientais, o jornalismo neopositivista pode usar a capa da objetividade para ocultar sua perspectiva vazia de processualidade histórica.

Nesse processo, a desinformação desempenha um papel crucial ao negar a relação entre desenvolvimento econômico e vulnerabilidade ambiental, sustentando o discurso hegemônico sobre as questões climáticas. A atuação da ultradireita conservadora exemplifica como posições negacionistas impedem a alteração do sistema econômico, que se fortalece pela exploração predatória, dificultando a mobilização de uma consciência crítica necessária para a transformação social.

Embora as pesquisas realizadas sobre a comunicação da crise climática mostrem fragilidades na eficácia, um olhar cuidadoso sobre a relação dialética entre fenômeno e essência nos ajuda a compreender que o jornalismo também pode desempenhar papel antissistêmico na formação de sujeitos críticos e emancipados. Essa importância é especialmente visível no jornalismo ambiental, que tem ganhado destaque, sobretudo, em veículos independentes e contra-hegemônicos.

Avaliar as barreiras na relação entre jornalismo e crise climática é imperativo para desenhar novos caminhos. Pensando nisso, Amaral, Loose e Girardi (2020) organizaram um minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas. Este documento, elaborado para orientar a imprensa, apresenta 10 conselhos, dos quais destacamos os seguintes: 1) promover a frequência e a continuidade de informações qualificadas sobre mudanças climáticas; 2) refletir não apenas sobre os impactos das mudanças climáticas, mas também sobre as soluções; 3) adotar uma abordagem que considere a justiça climática; 4) conectar o fenômeno das mudanças climáticas com realidades próximas no espaço e no tempo; 5) defender um jornalismo crítico e independente; 6) relacionar as mudanças climáticas com eventos extremos.

Apesar de propor maior contextualização sobre as causas e consequências da crise climática, boa parte da cobertura jornalística ainda se dissolve em reportagens que não projetam um horizonte de sociedade para além das noções de mitigação e adaptação. Falta uma mediação efetiva entre pensamento e ação que aponte criticamente as estruturas produtoras da catástrofe e ofereça caminhos de ruptura. Assim, o compromisso com a transformação permanece aprisionado à esfera discursiva, enquanto as ações concretas são reduzidas à mudança de comportamento individual.

Embora o manual proponha novas abordagens para a cobertura climática, o foco permanece na retórica jornalística, raramente se preocupando em romper com a ordem do sistema vigente. Utiliza como estratégia de resposta à crise climática a adaptação e mitigação, que mais flexibilizam ações sistemáticas do que realmente as transformam. Também reconhece a importância de incluir os povos originários na perspectiva dessa crise, mas não reflete seus modos de vida como agentes emancipatórios, limitando-se ao respeito à diversidade cultural. As alternativas de transformação propostas ficam restritas, sem avançar para uma frente ampla de enfrentamento ao modelo societal capitalista. Faltam reflexões sobre como o jornalismo pode contribuir para a construção de um novo paradigma civilizatório.

3 JORNALISMO CONTRA-HEGEMÔNICO: PERSPECTIVAS E ENFRENTAMENTOS À CRISE CLIMÁTICA

Em consonância com as discussões anteriores, observa-se uma distinção clara na abordagem das questões ambientais pelos veículos de comunicação contra-hegemônicos. Essa distinção, embora minoritária nos estudos sobre comunicação e crise climática até o momento (LOOSE, 2024, p.38), é um campo fértil.

Antes de aprofundarmos a discussão sobre o jornalismo contra-hegemônico, é necessário retomar o que Gramsci (2007) definiu como hegemonia. Partindo dessa perspectiva, entendemos esse conceito como a organização moral e intelectual da sociedade, envolvendo a articulação de consensos, valores e significações que dirigem as produções simbólicas. Para Gramsci (2007), a dominação de uma classe ou "bloco social" não ocorre apenas materialmente, mas é reforçada pela esfera político-ideológica, no terreno da cultura, onde a disputa entre as classes se dá pela manutenção dos consensos. É importante notar que a hegemonia não é uma dominação rígida, passiva e homogênea, mas um processo social composto por um complexo orgânico de relações contraditórias e em disputa. A partir disso, o bloco social dominante afirma seu poder através dos consensos que instaura, refletido na prevalência de determinados sentidos da realidade em detrimento de outros.

Entendendo que produzir conhecimento significa orientar significados e práticas ideológicas, é impossível não refletir sobre o uso do poder no jornalismo contemporâneo, que configura um importante aparelho hegemônico, influenciando o senso comum e desempenhando um papel categórico na formação de uma consciência social que molda intersubjetividades. A hegemonia possui uma dinâmica complexa, e precisa ser continuamente atualizada e reformulada, o que coloca às classes subalternas o desafio de contestar os significados impostos pelas classes dominantes. Visões de mundo divergentes competem por influência, tornando essencial, na análise do poder, levar em conta as forças que se opõem à hegemonia (SOUZA, 2020).

Dessa forma, o jornalismo positivista pode reforçar a cosmovisão dominante, mas o jornalismo contra-hegemônico pode ser guiado por outra cosmovisão, uma vez que visa promover um espaço de consolidação de representações alternativas, cujo

objetivo é incentivar a práxis política dos grupos sociais (SOUZA, 2006). Essa ideia centraliza na práxis jornalística a proposta transformadora do universo cultural e informativo que guia o metabolismo social, posicionando-se a favor dos segmentos subalternos da sociedade e entrando em contradição com as ideias dominantes.

Tendo em vista a relevância desses veículos nos movimentos sociais e temáticas ambientalistas sob a ótica anticapitalista, se faz necessário atentar para sua colaboração nos enfrentamentos às injustiças ambientais. Ao observar os valores defendidos, as pautas das notícias e reportagens, o posicionamento calcado no coletivo, bem como a abordagem dos fatos, percebe-se uma clara distinção em relação aos veículos tradicionais. O aprofundamento dos fenômenos ambientais, diversidade de fontes, a análise detalhada das causalidades, o mapeamento dos conflitos e o desvelar dos interesses em jogo, juntamente com os pressupostos epistemológicos que orientam os repórteres, constroem uma racionalidade crítica em relação aos fenômenos abordados.

No contexto das transformações no jornalismo mediadas pelas plataformas digitais, a agência Amazônia Real surge como um grande exemplo de jornalismo independente engajado na defesa dos povos originários e das causas ambientais. Fundada em 2013, pelas jornalistas Kátia Brasil e Elaíze Farias, em Manaus, a agência é financiada por meio de doações de pessoas jurídicas, físicas, recursos próprios, e parcerias com instituições filantrópicas internacionais e posiciona sua linha editorial em defesa dos direitos humanos, com destaque para os povos indígenas e questões amazônicas. A agência mapeia os conflitos político-econômicos e suas conexões, proporcionando uma compreensão mais profunda da realidade amazônica.

Partindo desse ponto, o debate sobre a emergência climática no Brasil está intrinsecamente ligado à luta indígena e à preservação da biodiversidade amazônica. Um jornalismo que altera a lógica mercantil de produção de notícias, e que aborda a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas, integrando cosmovisões que compreendem novos modos de vida dentro e fora da floresta, é essencial para enfrentar os desafios da crise planetária. A necessidade de uma práxis posicionada torna-se ainda mais urgente diante da tensão que circunda o novo momento do jornalismo, que se depara com frentes de luta fragmentadas e uma racionalidade neoliberal alarmante. Apesar desse contexto adverso, o jornalismo que aborda esses conflitos encontra

abertura, ou pelo menos uma inspiração, para elaborar uma práxis emancipatória a partir da desreificação da realidade. Este tipo de jornalismo não apenas reporta fatos como um ofício distanciado, mas também se posiciona ao lado das lutas anti-opressão para além da agitação esvaziada, mas com os enfrentamentos necessários.

4 JORNALISMO CRÍTICO-EMANCIPATÓRIO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Há quase quatro décadas, Genro Filho (2012) deixou uma notável contribuição em sua obra “O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo” quando definiu o jornalismo como uma forma de conhecimento social. Inspirado nas categorias estéticas de Lukács, Genro Filho institui que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular, no qual estão dissolvidas as dimensões “particular” e “universal”. Segundo Pontes (2015, p.397), o singular tratado por Genro Filho é uma dimensão jamais isolada “das mediações possibilitadas pela particularidade e, muito menos, desconectada com a história do desenvolvimento do ser social e da projeção da universalidade do gênero”. Consoante a teoria adelmiana, o singular no jornalismo configura-se como manifestação imediata dos fenômenos, o que há de irrepetível, o fenomênico acessível empiricamente, mas também como o resultado de mediações sociais que lhe conferem sentido.

À medida que o jornalista expõe o singular, as particularidades da totalidade passam a compor a notícia, desenhando contextos e revelando a relação do fenômeno com a totalidade em que está inserido, considerando aspectos econômicos, políticos e sociais. Isso ocorre porque o particular constitui uma dimensão intermediária dotada de atividade social, que viabiliza a mediação entre singular e universal. Genro Filho afirma que o singular, como categoria fundamental, aparecerá como face aguda, contudo, o que definirá a universalidade da notícia (e, por conseguinte, sua capacidade de conduzir ao conhecimento, quanto mais expressar sua relação com a processualidade histórica) será a habilidade do repórter em estabelecer os nexos e as contradições sociais imbricadas nos fatos, nas feições pálidas do particular. Essas são as informações necessárias para a significação do singular em um quadro contextual.

Ao elevar o jornalismo a forma de conhecimento social, Genro Filho (2012), aponta que o jornalismo possui um potencial crítico e revolucionário na luta anticapitalista, assim como um potencial desalienador na construção de uma sociedade sem classes. O produto dessa prática é o que entendemos como jornalismo crítico-emancipatório, que compreende a análise crítica da situação concreta, capaz de desvelar a totalidade que subjaz aos fenômenos singulares, apontando as contradições universais neles encarnadas. Quando orientado por perspectivas emancipatórias, o jornalismo converte-se em práxis transformadora, uma vez que não busca apenas informar, mas se inscreve no campo das lutas sociais, como ferramenta crítica que rompe com o senso comum e forja consciências históricas.

Assim, torna-se possível refletir saídas e enfrentamentos da conjuntura climática mediante uma combinação entre o jornalismo crítico-emancipatório e a resistência da luta indígena. Os povos originários, apesar de agentes ativos na conservação do bioma amazônico, são também profundamente afetados pelas mudanças do clima. A relação direta entre o modelo de desenvolvimento vigente e o futuro das populações tradicionais segue um rumo de expropriação e etnocídio dos povos indígenas. Grandes projetos articulados na Amazônia, como hidrelétricas, estradas, garimpo, inserção de multinacionais, e o desenvolvimento do agronegócio, exigem da luta indígena posicionamentos contra-hegemônicos, anticoloniais e anticapitalistas.

Frente à necessidade de defenderem seus territórios, os movimentos sociais indígenas têm travado grandes conflitos com as instâncias públicas e empresariais. Nas últimas décadas, emergiram como fortes protagonistas na luta por direitos, por seus modos de vida, formas de sobrevivência étnica e contra a invasão do capital em seus territórios (LOUREIRO, 2023, p.35). Segundo Adelmo Genro Filho (2012), os sujeitos humanos, com sua própria autonomia sobre o curso dos fenômenos, participam da determinação objetiva do universo. Dessa forma, a práxis jornalística é atravessada por um conjunto de conhecimentos e leituras sociais, onde dimensão subjetiva se insere na construção e interpretação dos fatos jornalísticos.

Observando o potencial do jornalismo indígena, é necessário investigar a práxis noticiosa desse grupo, que, devido ao histórico processo de exclusão, raramente tem acesso às redações tradicionais, mas que ao longo do tempo se aproximou dos veículos

contra-hegemônicos fundamentais para ampliar a visibilidade das pautas dos povos indígenas (MILHOMENS, 2021) visto que a práxis jornalística destes pode “legitimar suas práticas emancipatórias, em oposição a uma lógica colonial de dominação, hegemônica, materializada na sociedade capitalista, promovendo dinâmicas de participação comunicativa nas redes, fugindo da retórica neoliberal de produção” (MILHOMENS, 2021, p.189).

As primeiras ações organizadas dos povos originários adjuntos ao jornalismo reinscreveram a vocação crítica da práxis noticiosa diante dos processos históricos em curso. Esse espírito reivindicatório, gestado no período do governo militar empresarial e fundamentado na luta por terra e reconhecimento, respondia à violência estatal dos projetos desenvolvimentistas que invadiam as terras indígenas (KOLLING, 2022).

Assim, o surgimento de meios de comunicação voltados à defesa de territórios indígenas, como o Informativo Grumim, o Jornal Indígena e o Programa de Índio (Kroling, 2022) inaugurou espaços nos quais os povos originários puderam exercer seus direitos, e participar de reivindicações. É evidente que essa virada tem implicações culturais profundas para um povo que, historicamente, sofreu processos de dizimação material e simbólica, sendo por muito tempo representado como inimigo interno ou obstáculo ao progresso. E a partir dessas iniciativas, surgiram muitas outras, como o Jornal Poratim, Web Rádio Yandê e outras entidades que conduzem as lutas indígenas no campo da comunicação, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab).

É possível perceber uma distinção clara na abordagem de questões ambientais e territoriais entre veículos de comunicação contra-hegemônicos e o *mainstream*. Tais veículos rompem com a lógica mercantil sedimentada no jornalismo moderno e abrem caminhos para novas formas de representação, menos sujeitas às pressões do capital e mais comprometidas com os interesses coletivos. Tal distinção decorre do fato de que “o conhecimento produzido pelas populações indígenas está diretamente ligado à sua visão — ou cosmovisão — de mundo” (MILHOMENS, 2021, p.185), uma perspectiva que não enxerga dicotomia entre a relação natureza-sociedade.

A crítica à relação predatória do capital com a natureza e à destruição da diversidade socioambiental realizada pelos povos originários orienta uma leitura alternativa dos conflitos ambientais e expressa um projeto societário voltado à construção de uma nova hegemonia. No âmbito do jornalismo, essas expressões realocam a práxis noticiosa à sua função de conhecimento social da realidade e contribuem para a formação de sujeitos históricos.

Portanto, a relação entre povos indígenas e o jornalismo contra-hegemônico vai além de atender às reivindicações dos povos indígenas, dar visibilidade ou "amplificar suas vozes". É uma via pela qual se pode investigar o próprio fazer jornalístico indígena, e as ações concretas desse grupo para a transformação social. Conforme os valores defendidos pelos veículos contra-hegemônicos, o fazer jornalístico desses sujeitos históricos pode, a partir dos aspectos singulares, articular diferentes formas de precarização da vida, consequências da crise climática, questões de territorialidade e vulnerabilidades materiais, conectando-as à complexa rede de demandas do metabolismo social do capital.

Ao apreender os acontecimentos desde outra perspectiva, que não se orienta pela lógica colonial e capitalista, o jornalismo produzido pelos povos originários tem potencial crítico e emancipatório como descrito por Adelmo Genro Filho (2012), uma vez que visa possibilidades concretas de ruptura com os paradigmas hegemônicos, apreender a realidade social dotada de nexos históricos e propor rupturas com leituras conservadoras da realidade. Nesse movimento, instaura-se uma prática comunicacional anticolonial que reposiciona o jornalismo como ferramenta de emancipação social e de enfrentamento da relação utilitária que o capitalismo estabelece com a natureza. Como observa Milhomens (2021), o "anticolonial" constitui um construto capaz de refletir as múltiplas relações sociais, econômicas e políticas produzidas pelo processo histórico de colonização, bem como de expressar o desejo de superação das opressões que dele derivam, em suas formas passadas e presentes.

Em síntese, notar as contribuições indígenas no jornalismo é também reconhecer a capacidade de articular a práxis jornalística à luta pela emancipação social e à

superação da sociabilidade capitalista. Isso oferece novas chaves interpretativas para a crise ecológica e para os múltiplos conflitos sociais que dela decorrem.

5 CONSIDERAÇÕES

A crise climática, embora marcada por sua dimensão destrutiva, também revela uma positividade histórica ao evidenciar sujeitos e práticas comunicacionais que se colocam em enfrentamento direto às suas causas. Nesse cenário, as lutas dos povos originários emergem como última fronteira de resistência entre o capital e as florestas, articulando a defesa dos territórios, biodiversidade e justiça climática.

Ao passo que os agravamentos da emergência do clima se expõem, evidenciando os limites do sistema capitalista, reitera-se a necessidade social do jornalismo que informa e também desenvolve consciência para a transformação do mundo e emancipação da sociedade. Espera-se do jornalismo que se volta para crise climática um tipo de práxis que busca a mudança radical e aborda as complexidades e contradições presentes no modelo societário hegemônico. Isso implica uma orientação que recuse a reprodução de uma realidade reificada e que busque, nos contextos onde a vida é mais precarizada, os fundamentos concretos das lutas por transformação.

O jornalismo produzido por povos originários por meio de iniciativas contra-hegemônicas aponta caminhos relevantes nesse processo. Ao tensionar a lógica dominante e evidenciar as relações entre exploração ambiental e as engrenagens do modo de produção, a práxis noticiosa desses sujeitos históricos tem potencial para alcançar o jornalismo como forma de conhecimento social e potencialidades emancipatórias.

Concluimos que, a partir dos argumentos expostos neste trabalho, o jornalismo crítico-emancipatório produzido pelos povos originários pode protagonizar a insurgência de um novo jornalismo, o processo de emancipação da sociedade, e a superação da relação utilitária do capitalismo com a natureza. O aporte dessa práxis oferece novas formas de compreensão e enfrentamento da crise climática e das injustiças sociais. Assim, a práxis noticiosa se posiciona como uma ferramenta

fundamental na luta por um outro mundo possível, não apenas discursivamente, mas como práxis ativista que encontra nas rachaduras do sistema saídas possíveis.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (org.). **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas [recurso eletrônico]**. 1. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM. 1 e-book, 2020.

AMAZÔNIA REAL. Site da Amazônia real, 2024. **Jornalismo independente e investigativo que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/>.

BELMONTE, Roberto Villar. **Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro**. Revista Brasileira de História da Mídia, 6(2), 110-125, 2017.

COLODETI, Elisangela. **Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CRUTZEN, Paul. **Geology of mankind**. *Nature*, v. 415, n. 3, 2002.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, John Bellamy; SUWANDI, Intan. **COVID-19 e o capitalismo de catástrofe: cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica**. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 9, n. 17, 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

GIRARDI, Giovana. **COP30: multilateralismo vive, mas crise climática é mais veloz que as negociações**. Pública, 23 nov. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/11/cop30-multilateralismo-vive-mas-crise-climatica-e-muito-mais-veloz-que-esse-processo/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GRAMSCI. **Cadernos do cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 a. v. 3.

IPCC, 2023: **Summary for Policymakers**. In: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001.

KOLLING, Patricia. **Notícias do movimento indígena brasileiro: análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da Covid-19**. 2022.

LOOSE, Eloisa Beling. **JORNALISMO E RISCOS CLIMÁTICOS - PERCEPÇÕES E ENTENDIMENTOS DE JORNALISTAS, FONTES E LEITORES**. Paraná: UFPR, 2020.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismos e crise climática: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2024. E book (PDF; 1,72 Mb). ISBN 978-85-524-0424-8.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento**. Revista Direito GV, São Paulo, v. 8, p. 527-552, 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Movimentos sociais na Amazônia: Teoria e Práxis**. In: Milhomens, Lucas. *Amazônia e movimentos sociais: diálogos entre a cidade e a floresta*. São Paulo: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2023.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed.rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILHOMENS, Lucas. **Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: uma história de luta, mobilização e resistência**. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación. 1. 191-208, 2021.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Revan, 2007.

PONTES, Felipe Simão et al. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil: uma análise crítica**. 2015.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **A comunicação contra-hegemônica no capitalismo digital: limites e contradições**. Liinc em Revista, v. 16, n. 1, p. e5133-e5133, 2020.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **Mídias, movimentos sociais e contra-hegemonia: Subversão informacional na comunicação radical alternativa**. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. INTERCOM SUDESTE 2006 – XI SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 2006, Ribeirão Preto, SP. Anais. São Paulo: Intercom, 2006.

WATSON, Robert et al. **The truth about climate change**. 2016.

Original recebido em: 30 de novembro de 2025

Aceito para publicação em: 06 de abril de 2026

Esther Kerem de Oliveira Soares

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).
Pesquisadora no Laboratório de Jornalismo Crítico Emancipatório (LAJE), onde desenvolve
atividades de pesquisa voltadas aos estudos em comunicação e jornalismo.

Rafael Bellan Rodrigues de Souza

Professor adjunto do curso de Comunicação Social/Jornalismo, docente permanente do Programa de
Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e docente colaborador do Programa de Pós-
Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional